

1152
Gest-1527

**ECONOMIA PESQUEIRA. IMPACTO DA PESCA
ARTESANAL NO COMBATE À POBREZA ABSOLUTA
(2000-2006)**
2000-2006

**Por:
Carlos Alfredo Michaque**

**Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Economia
Trabalho de Licenciatura em Gestão**

Maputo, Janeiro de 2008

ÍNDICE

Declaração.....	iii
Aprovação do júri.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Dedicatória.....	v
Sumário Executivo.....	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
Lista de Tabelas.....	viii

CAPÍTULO I.....1

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.2 Razões.....	2
1.3 Hipóteses de investigação.....	2
1.4 Objectivos do trabalho.....	3
1.4.1 Objectivo Geral.....	3
1.4.2 Objectivos Específicos.....	3
1.4.3 Estrutura.....	3
1.4.4 Metodologia.....	4
1.4.4.1 Análise de Dados.....	4
1.4.5 Limitações.....	4
1.4.6 Enquadramento Teórico.....	5
1.4.6.1 Métodos e Artes de Pescas.....	6
1.4.6.2 Tipos de Embarcações.....	8

CAPÍTULO II.....9

2. BREVE HISTORIAL DO SECTOR PESQUEIRO EM MOÇAMBIQUE.....	9
2.1. Evolução do sector pesqueiro após a independência nacional.....	10
2.2 Estrutura da Indústria Pesqueira.....	12

CAPÍTULO III.....14

3. IMPACTO DA INTEGRAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO PARPA.....	14
3.1 Contributo da Pesca Artesanal no Nível de Emprego.....	15
3.2 Impacto da Pesca Artesanal na Auto-suficiência Alimentar.....	16

CAPÍTULO IV.....19

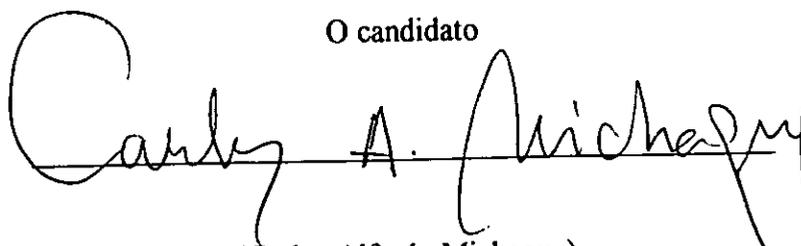
4. Co-GESTÃO DAS PESCARIAS, ASSOCIATIVISMO E CRÉDITO ROTATIVO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	19
4.1 Co-Gestão das Pescarias.....	19
4.2 Associativismo.....	21
4.3 Poupança e Crédito Rotativo.....	23
4.3 Ganhos de Crédito Rotativo nas Comunidades Pesqueiras.....	25
4.4 Análise dos Dados do Inquérito.....	25
4.4.1. Sobre o Sistema de Co-gestão das Pescarias.....	25

4.4.2. Sobre o Associativismo.....	26
4.4.3. Sobre Poupança e Crédito Rotativo.....	26
4.4.4 Sobre Produção e Vendas	27
<u>CAPÍTULO V.....</u>	28
5. ASPECTOS TRANSVERSAIS.....	28
5.1 Ambiente e Pesca Artesanal.....	28
5.2 Género e Pesca Artesanal	29
5.3 Segurança Alimentar e Nutricional e Pesca Artesanal.....	30
5.4 HIV/SIDA e Pesca Artesanal.....	31
<u>CAPÍTULO VI.....</u>	33
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	33
6.1 Conclusões.....	33
6.2 Recomendações.....	35
BIBLIOGRAFIA.....	37
ANEXOS.....	39

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional

O candidato


(Carlos Alfredo Michaque)

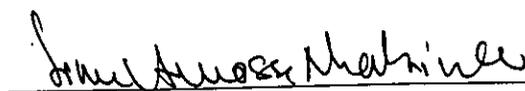
Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado com 13 valores, no dia 01 de Febrero de 2008.

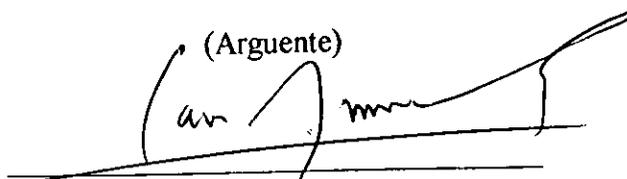
Por nós membros do júri.



(Presidente do júri)



(Arguente)



(Supervisor)

Agradecimentos

Os meus agradecimentos especiais vão para o Dr. Silvano Horácio Maçaneta, por ter me atribuído a bolsa de estudo sem condicionalismo, para a transformação deste grande sonho.

Ao meu grande amigo Pedro Miguel Nhampulo, os meus agradecimentos pelo apoio moral que me deu ao longo do curso.

Agradeço também ao meu supervisor o Prof. Dr. Salomão Munguambe, pelos conselhos e orientação na organização e metodologia do trabalho.

A todos que gentilmente, directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos, um muito **OBRIGADO**.

Dedicatória

Com toda honra, dedico este trabalho,

À

Minha esposa Lucinda e filhos Hilário, Palmira, Júnior, José e Tânia.

Com muito AMOR

Sumário Executivo

O presente trabalho pretende fazer um estudo sobre a ECONOMIA PESQUEIRA E O IMPACTO DA PESCA ARTESANAL NO COMBATE À POBREZA ABSOLUTA NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS.

Pretende-se com este estudo mostrar a contribuição do sector das pescas no geral e do subsector da pesca artesanal em particular na redução e combate à pobreza absoluta nas comunidades pesqueiras. Com efeito podemos verificar ao longo do estudo que o sector contribui em 3% para o PIB, as capturas marinhas no país rondam actualmente as 90.000 toneladas ano, das quais cerca de 67% são originadas na pesca artesanal.

Em termos de emprego estima-se que 100.000 trabalhadores estão directa ou indirectamente ligados à pesca artesanal, dentre pescadores, processadores, comerciantes e carpinteiros navais.

Entretanto, apesar deste movimento todo, a pesca artesanal ainda está a ser exercida em más condições, utilizando os meios mais elementares e tradicionais.

A integração da pesca artesanal no PARPA II e as acções desenvolvidas pelo Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, no que concerne à formação de extensionistas, pescadores e outros agentes ligados à pesca artesanal em matéria de tecnologia de pescado, ambiente, gestão das pescarias, formação e legalização das associações tem dado sinais positivos na vida da população pesqueira.

Os projectos integrados que se verificam nas regiões centro e norte do país deverão ser estendidos para a zona sul e em outros distritos ainda não contemplados, porque estes mostram-se mais eficazes na resolução dos problemas de educação, saúde, aberturas de vias de acesso e comunicações nas comunidades pesqueiras onde estão inseridas.

O estudo conclui que o Governo deve continuar a prestar maior atenção a este subsector porque mesmo utilizando meios mais elementares e tradicionais o mesmo tem contribuído grandemente para a redução da pobreza absoluta nas comunidades pesqueira, através da criação de mais postos de trabalho, escolas, postos de saúde e de infra-estruturas sociais.

Lista de Abreviaturas

CAP	Comissão de Administração Pesqueira
CC's	Comités de Co-gestão
CCP's	Conselhos Comunitários de Pescas
CPs	Combinados Pesqueiros
DNP	Direcção Nacional de Pescas
DPP	Direcção Provincial de Pesca
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FFP	Fundo de Fomento Pesqueiro
IDPPE	Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INE	Instituto Nacional de Estatística
MIC	Ministério da Indústria e Comercio
MP	Ministério das Pescas
PA	Pesca Artesanal
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PCR	Poupança e Crédito Rotativo
PESPA	Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal
PPABAS	Projecto da Pesca Artesanal do Banco de Sofala
PPANNCD	Projecto da Pesca Artesanal de Norte de Nampula e Cabo Delgado
PRE	Programa de Reajustamento Económico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UDPPE	Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Lista de Tabelas

		Página
TABELA Nº 1	Estimativa da Produção da Pesca Artesanal segundo Tipo 2000-2006	16
TABELA Nº 2	Relação das Associações dos Pescadores	22
TABELA Nº 3	Amortizações das Linhas de Créditos de Fundo Rotativo Por Província	24

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

O sector pesqueiro em geral e o subsector da pesca artesanal em particular constituem uma das principais fontes de rendimentos e de produtos para a alimentação da maior parte da população de baixo rendimento depois do sector agrário, sobretudo nas regiões costeiras do país devido a fácil acessibilidade de recursos marinhos e de meios para a sua captura.

Para além de fonte de rendimento e proteína animal para a população, também constitui a principal fonte de matéria prima para a indústria alimentar em Moçambique. Com efeito, estima-se que a produção pesqueira contribui com 3% do PIB e 10% das exportações globais do país.

A nível do emprego, o sector pesqueiro emprega 100.000 pessoas das quais aproximadamente 90% são pescadores artesanais. Existindo ainda outras actividades acessórias, como a construção e reparação de barcos, reparação de redes de pesca, assim como de venda de pescado, constituindo assim, fonte de rendimento e de emprego para mais de (100.000) pessoas ao longo do litoral e das águas interiores¹.

No âmbito do Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), o Governo, na sua estratégia do combate e alívio a pobreza absoluta, integrou o sector pesqueiro através da pesca artesanal no PARPA por este envolver mais de 80.000 famílias que vivem directamente da actividade pesqueira, só ao longo da zona costeira deixando as águas interiores. Visando a criação de um ambiente favorável para a promoção do desenvolvimento económico e social e consequente melhoria das condições de vidas das comunidades pesqueiras através da redução do desemprego, aumento dos índices de produção e comercialização do pescado².

¹ Águas que se encontram fora da acção das marés, nomeadamente os rios, os lagos e lagoas sem ligação com o mar.

² Sua Excelência o Ministro das Pescas, in revista MozPescas, edição 00, pag. 5

Desde modo o problema a investigar resume-se no seguinte:

De que maneira a inclusão do sector pesqueiro, através da pesca artesanal no PARPA II, contribui para a redução da pobreza³ absoluta nas comunidades pesqueiras?

1.2 Razões

A importância da escolha do tema é que apesar de 90% de trabalhadores no sector pesqueiro pertencer a pesca artesanal, a mesma continua a ser praticada utilizando técnicas de capturas tradicionais e com dificuldades extremas no acesso a créditos. O que contribui para as péssimas condições de vida nas comunidades pesqueiras.

1.3 Hipóteses de investigação

- A inclusão da Pesca Artesanal no PARPA II concorre para a redução da pobreza nas comunidades pesqueiras.
- A formação profissional de pescadores artesanais poderá reduzir o nível de desemprego nas comunidades pesqueiras.
- O crédito rotativo concedido pelo governo através do Fundo de Fomento Pesqueiro minimiza a falta de financiamento que os pescadores artesanais deparam nas instituições financeiras.

³ PARPA I: “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade.”

PARPA II: “impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade.”

1.4 Objectivos do trabalho

1.4.1 Objectivo Geral

- Compreender até que ponto as políticas do sector pesqueiro concorrem para o combate à pobreza absoluta nas comunidades pesqueiras.

1.4.2 Objectivos Específicos

- Identificar o impacto destas políticas nas comunidades pesqueiras, tendo em atenção a integração do sector pesqueiro através da pesca artesanal no combate à pobreza absoluta;
- Mostrar a viabilidade do crédito rotativo concedido pelo Governo como alternativa à falta de financiamento pelas instituições bancárias aos pescadores artesanais para a aquisição e/ou reparação das embarcações e das artes de pescas;
- Verificar o impacto do associativismo nas comunidades pesqueiras para a resolução dos problemas comuns.

1.4.3 Estrutura

O trabalho será desenvolvido em seis capítulos incluindo a introdução. O segundo capítulo apresenta o historial do sector pesqueiro, evolução histórica e a estrutura da indústria pesqueira. O terceiro apresenta o impacto da integração da pesca artesanal no PARPA, contributo da pesca artesanal no nível de emprego e na auto-suficiência alimentar. O quarto capítulo apresenta o sistema de co-gestão das pescarias, nível de associativismo, poupança e crédito rotativo e análise dos dados do inquérito. O quinto capítulo apresenta a análise sobre os aspectos transversais nas comunidades pesqueiras e finalmente a sexta parte apresenta as conclusões e recomendações.

1.4.4 Metodologia

Para a elaboração deste estudo recorreu-se a consulta bibliográfica e documental de diversas obras escritas sobre o sector pesqueiro, no país nomeadamente: a Lei de pescas, Lei nº 3/90, Plano Director das Pescas, Relatórios Anuais do sector Pesqueiro, Planos Económicos e Social do sector, PESPA, PARPA I e II, Anuários Estatísticos do INE, Revistas MozPescas, editadas trimestralmente pelo Ministério das Pescas.

Para complementar a informação fornecida pelos órgãos acima referidos foi feita entrevistas a 60 pessoas entre pescadores e armadores⁴ de pesca artesanal, residentes nas Ilhas de Inhaca e Machangulo, mas com porto base no Porto de Pesca de Maputo. O que constitui o tamanho da amostra que é suficientemente representativo dado que a literatura especializada considera que a recolha de 30 elementos de análise é o mínimo satisfatório se na pesquisa social não se pretende muito rigor em termos de erros.

Foi feita observações como técnica auxiliar de pesquisa com finalidade de ampliar as perspectivas de compreensão do objecto de estudo. Segundo Gil (1999), este método apresenta como principal vantagem em relação a outras técnicas ao permitir perceber directamente os factos pesquisados sem qualquer intermediação.

1.4.4.1 Análise de Dados

Para a análise dos dados, fez-se a consolidação das constatações observadas no campo de estudo e dos resultados obtidos do questionário, de forma a verificar a validade das hipóteses previamente levantadas.

1.4.5 Limitações

No sector pesqueiro existem poucos estudos sobre a pesca artesanal, por isso os dados utilizados são estimados através do sistema de amostragem, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP), que abrangem as províncias de Maputo,

⁴ Pessoa colectiva ou singular proprietária da embarcação de pesca, ou a entidade operadora da embarcação de pesca.

Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Devido a vários estágios que sofreu o sector pesqueiro até à constituição do respectivo Ministério no ano 2000, este não possuía um banco de dados consolidados, tendo se começado a sistematizar a partir da data da sua criação. Daí que os dados utilizados para a realização do presente estudo são do período compreendido do ano 2000 a 2006.

1.4.6 Enquadramento Teórico

O PARPA II (2006-2009) tem em vista alcançar o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009.

O PARPA II distingue-se do anterior por este incluir nas suas prioridades uma maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade. Em particular, focaliza atenção no desenvolvimento de base ao nível distrital, na criação de um ambiente favorável ao crescimento do sector produtivo nacional, à melhoria do sistema financeiro, ao florescimento das pequenas e médias empresas enquadradas no sector formal, e a desenvolver ambos os sistemas de arrecadação de receitas internas e de afectação dos recursos orçamentais.

Como resultado da implementação do PARPA os indicadores indicam uma redução rápida destes indicadores nos períodos em análise. A incidência da pobreza reduziu de 69,4% em 1996-97 para 54,1% em 2002-03, isto é, uma redução na ordem de 15,3%. De recordar que o objectivo do PARPA I era reduzir a pobreza até 2005 para cerca de 60% o que significa que esta meta foi ultrapassada em mais de 5%. O índice de profundidade da pobreza reduziu fortemente também, de 29,3% em 1996-97 para 20,5% em 2002-2003, uma redução de quase um terço. Estes resultados significam que (i) a percentagem de população que se encontra abaixo da linha de pobreza reduziu e (ii) o consumo médio daqueles que permanecem abaixo de linha da pobreza cresceu entre os dois períodos. (PARPA)

Em alguns países como a Noruega, Espanha, Grã-Bretanha, Finlândia e outros, o sector das pescas assume um papel fundamental no desenvolvimento das suas economias, alias, a maior parte destes países apresenta uma pequena superfície de terra cercada

quase na sua totalidade por águas marinhas e noutros casos as terras são aráveis para a prática da actividade agrícola e desprovidos de recursos mineiros. Nestes casos, a actividade pesqueira assume um papel fundamental na condução da economia destes países e deste sector são extraídos produtos para alimentação e matéria-prima para a indústria alimentar e uma vez que as ligações sectoriais nestes países são fortes, este processo tem impulsionado a economia como um todo.

Apesar dos recursos aquáticos (matéria prima que assegura tanto o desenvolvimento da indústria alimentar, sobretudo a de conserva e de toda economia) serem renováveis, eles assumem um carácter limitado devido a observância com rigor dos padrões de qualidade. Porém existem períodos em que estes recursos observam uma escassez, provocada por vários factores dentre os quais pode-se destacar a mortalidade natural, que resulta de causas alheias ao homem; a mortalidade planeada, que resulta do esforço de pesca e a mortalidade acidental, que resulta dos resíduos depositados pelo homem voluntária ou involuntariamente. (King, 1995:187-189)

Segundo a Lei das Pescas⁵, a pesca em Moçambique classifica-se em Industrial, Semi-industrial e Artesanal. A lei define a pesca artesanal, como sendo a de carácter local, produzindo excedentes para a comercialização com ou sem embarcações cujo comprimento total não excede os dez metros, propulsionados a remo, vela ou por motores fora de bordo ou interiores de pequena potência, utilizando raramente gelo para conservação do pescado a bordo e fazendo uso de artes de pescas tradicionais⁶.

1.4.6.1 Métodos e Artes de Pescas

De acordo com IDPPE (2002), a pesca artesanal moçambicana tem como principais artes de pescas:

- **Linha de Mão**, arte constituída por uma linha ou fio contendo na sua extremidade um ou mais anzóis para fixação das iscas e captura do peixe;

⁵ Lei 3/90, de 26 de Setembro.

⁶ Qualquer artefacto ou instrumento destinado à pesca.

- **Emalhe de Fundo**, arte constituída por um pano de rede rectangular de malha, de altura e comprimento variáveis, colocada no fundo do mar por acção de pequenos pesos. O peixe é retido pelos opérculos ou barbatanas ao tentar atravessar as malhas;
- **Arrasto de praia**, que consiste numa rede formada por um saco de malhas pequenas prolongadas por duas asas de malha relativamente maiores e que possuem amarradas na sua extremidade longos cabos de corda para puxar a rede. A rede é usada em praias marítimas e fluviais e é lançada à água a partir de uma pequena embarcação sendo posteriormente puxada para arrastar o pescado por pescadores posicionados em terra;
- **Rede de Cerco**, que consiste num pano de rede de malhas vulneráveis que é lançada ao mar de forma circular para captura de peixe, geralmente em cardumes;
- **Gaiola**, armadilha de construção de dimensões variáveis e forma diversa (cilíndrica, poliédrica ou caixa rectangular) com uma abertura num dos lados por onde se introduz o pescado, ficando depois impossibilitado de fuga contínua no seu meio aquático normal. As gaiolas podem ser construídas de caniço, variáveis metálicas ou outro material;
- **Gambôa**, que consiste numa fila de varias estacas fixas na terra onde durante a maré baixa (vazante) é coberta por grandes extensões de rede ou esteiras de caniço para retenção do pescado na maré vazante;
- **Rede de Tubarão**, espécie de rede de emalhe de fundo de malhas grandes para captura de tubarão e outros peixes de grande porte e
- **Tarrafa**, arte que consiste num pequeno pano de rede de emalhe pequena ligada a duas laterais servindo para puxar a rede por pessoas. É usada junto à margem dos rios, praias para captura de peixe pequeno e camarão miúdo.

1.4.6.2 Tipos de Embarcações

Ainda de acordo com IDPPE (2002), a pesca artesanal utiliza os seguintes tipos de embarcações:

- **Lancha**, embarcação de casco redondo. Pode-se encontrar de duas proas ou de uma proa e popa⁷ de espelho;
- **Chata**, embarcação cujo fundo é plano e (chato). A popa de embarcação é do tipo “espelho”. Na popa a embarcação mantém quase a mesma largura de centro e é cortada vertical e o casco tem reforços longitudinais e é normalmente aberto;
- **Canoa**, embarcação constituída de um só tronco de madeira. As bordas, geralmente mantêm a curvatura natural do tronco. O interior é cavado, esvaziando o interior do tronco. O casco é aberto e normalmente não tem qualquer tipo de reforço longitudinal ou transversal.

⁷ Proa (bow), parte dianteira da embarcação e Popa (stern), parte posterior da embarcação.

CAPÍTULO II

2. BREVE HISTORIAL DO SECTOR PESQUEIRO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique possui uma costa com extensão de 2700 Km e um extenso sistema de lagos e rios ricos em recursos pesqueiros e de grande importância socio-económica. Podendo subdividir-se em três tipos de costa dominantes, relativamente homogéneas, quer da orla continental quer no mar, que identificam grandes unidades de gestão das pescarias, nas quais são próximos os sistemas ecológicos, as condições de pesca artesanal e as condições físicas, nomeadamente: (PESPA, 2007)

- A costa norte, com um litoral de fundos de coralíferos e rochosos e uma plataforma continental estreita, ilhas e baías abrigadas, abrangendo a província de Cabo Delgado e os distritos do norte e centro da província de Nampula, com cerca de 770 Km.
- A costa centro, espraiada, fazendo face ao banco de Sofala, influenciada pelos numerosos rios e canais e floresta de mangal que proporcionam áreas estuarinas abrigadas e algumas ilhas litorais, estendendo-se pelos dois distritos mais a sul da província de Nampula até ao distrito de Govuro, na província de Inhambane, com cerca de 980 Km.
- A costa sul, de fundos semeados de bancos de coral e rocha, espraiada em algumas áreas, exposta a fortes ventos, em especial a partir do sul de Inhambane, fazendo face na sua parte central ao banco da Boa Paz, de águas profundas, com algumas baías abrigadas, indo desde o distrito de Govuro, na província de Inhambane, até ao extremo sul da província de Maputo, com cerca de 950 Km.

Na parte continental do território, existem duas importantes massas de águas continentais: - o lago Niassa, compartilhando com a Tanzania e o Malawi, e a Albufeira de Cahora Bassa.

No entanto, durante a colonização portuguesa, a actividade pesqueira não conheceu um desenvolvimento adequado devido a política colonial implantada no país que impedia a

prática da pesca mecânica associada a uma limitação exagerada do número de embarcações a operar na costa marítima moçambicana. Esta política tinha como objectivo essencial a promoção do excedente de Portugal, Angola e África de Sul, o que deixou o contributo deste sector na economia nacional abaixo dos níveis desejados. (MP.1985:1-5).

O subsector da pesca artesanal também sofreu o impacto destas medidas do sistema colonial. De acordo com Donato, em 1893, em António Enes, actual distrito de Angoche, província de Nampula, já fazia-se referência à existência de comunidades piscatórias (IDPPE. 1999:4).

Por isso, durante o período colonial a pesca manteve-se basicamente como actividade de subsistência, com pouca diferenciação social em relação a outras actividades primárias como agricultura e artesanato, com um modesto excedente, o que fez com que não atingisse um estágio de pequena produção mercantil.

2.1. Evolução do sector pesqueiro após a independência nacional

Com a proclamação da Independência nacional em 1975, assiste-se ao abandono das empresas comercializadoras e armadoras o que provocou um choque na oferta de produtos pesqueiros e seus derivados.

Os moçambicanos não estavam tecnicamente habilitados a operar com a tecnologia então existente. A indústria pesqueira ressentiu-se da falta de capacidade técnica operacional e de gestão e com a falta de moeda externa para a importação de equipamentos e diversos apetrechos de pesca.

O Governo, ciente da importância do sector pesqueiro para o abastecimento alimentar das populações e para o desenvolvimento da economia nacional, iniciou um processo de criação de um sector dirigente das pescas, criando em 1976, a Direcção Nacional de Pescas (DNP), sob tutela do Ministério da Industria e Comércio (MIC), evoluindo posteriormente para Secretaria de Estado das Pescas até 1994, que posteriormente é

integrada no Ministério da Agricultura, e por último criando-se em 2000, o Ministério das Pescas.

Com a evolução do sector pesqueiro, o subsector da pesca artesanal foi o que mais se beneficiou desta política que numa fase inicial visava reconstruir a produção artesanal através da criação e implantação duma rede de centros estatais de apoio aos pescadores artesanais (os combinados pesqueiros, abreviadamente CPs) enquadrados por uma Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala (UDPPE). Estas unidades procuravam reconstruir a rede de abastecimento e distribuição de insumos de produção e bens de consumo aos pescadores artesanais, assim como de compra da sua produção (PESPA. 2007: 6).

Entretanto, a adopção por Moçambique de um programa de reajustamento estrutural a partir de 1987 (PRE) marca uma mudança nas políticas de desenvolvimento, incluindo a da pesca artesanal. O que levaram à extinção da UDPPE e da rede de CPs e à criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE), com as seguintes funções⁸:

- Proceder a estudos destinados ao estabelecimento de políticas, estratégias, planos e programas de desenvolvimento da pequena produção pesqueira;
- Realizar estudos e promover acções e projectos de desenvolvimento da PA relacionados com aspectos sócio-económicos, de tecnologia pesqueira e de tecnologias de actividades complementares da pesca;
- Promover e coordenar acções e projectos de cooperação com vista a fomentar o apoio e desenvolvimento da pesca de pequena escala;
- Promover palestras, visitas de estudos, cursos e seminários visando a capacitação profissional dos quadros e pescadores da pequena produção pesqueira;
- Promover a formação de associações de pescadores artesanais ao longo da costa Moçambicana e águas interiores;

⁸ IDPPE. www.idppe.org

- Recomendar sobre melhores métodos de gestão das pescarias, através do fornecimento de elementos necessários para o estabelecimento de uma estrutura institucional e de quadro legal que contribua para melhorar a gestão dos conflitos entre os diferentes intervenientes.

2.2 Estrutura da Indústria Pesqueira

O termo pesca é empregue para designar o acto de capturar ou apanhar espécies aquáticas (animais ou plantas aquáticos) designados por pescado, que vivem nas águas salobras ou salgadas, nos rios, lagos ou mares, compreendendo a instalação ou a recolha de dispositivos para as atrair ou para a sua procura. Em Moçambique, praticam-se três tipos de pescas que são classificados segundo as zonas de pesca em que se efectua, de acordo com a complexidade das embarcações e dos seus meios de propulsão, assim como o tipo de artes empregues, que são: A pesca artesanal, a pesca semi-industrial e a pesca industrial. A pesca artesanal e a semi-industrial no seu conjunto formam a pesca de pequena escala. (Maunela. 2001).

A pesca industrial é predominante nos países desenvolvidos sendo realizada por equipas de pescadores, operários e técnicos diversos, através de embarcações motorizadas, dotadas de mecanização apropriada e dependem de instalações fixas em terra ou móveis, em navios-base. Possuem ainda condições para conservação do pescado e o seu processamento nas instalações industriais de que dispõem. “As embarcações da pesca industrial podem operar sem limitação de afastamento em relação à linha da costa, sendo-lhes interdito pescar para dentro de três milhas de qualquer ponto à linha da costa” (Moçambique. 1996:4).

A pesca semi-industrial é efectuada em embarcações até vinte metros de comprimento propulsionadas a motor, utilizando gelo ou refrigeração mecânica. A pesca semi-industrial opera em dois bancos; o de Maputo e de Sofala e os portos de Maputo e de Beira constituem as suas principais bases. (DNP. 1998:5). “As embarcações de pesca semi-industrial podem operar até um afastamento de 30 milhas da costa”. (Moçambique 1996:4).

A pesca artesanal é de carácter local, realizada com ou sem embarcação cujo o comprimento não excede em regra os dez metros propulsionados a remos, a vela ou a motor fora de bordo ou no interior, de pequena potencia, com autonomia até 24 horas no mar, raramente utilizando gelo para a conservação do pescado, fazendo uso de artes de pescas tradicionais tais como linha de mão e arrasto para terra, sendo praticada ao longa de toda a faixa costeira do litoral. (IDPPE. 1998: 3). “As embarcações de pesca artesanal podem operar até 12 milhas da costa”. (Moçambique 1996:5)

CAPÍTULO III

3. IMPACTO DA INTEGRAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO PARPA

Segundo o PARPA II, o grande objectivo do sector nesta área é de melhorar o nível de vida das comunidades pesqueiras e garantir exploração sustentável dos recursos pesqueiros e do aquacultura. As acções do Governo nesta área visam: (i) criar e/ou reabilitar as infra-estruturas de apoio à pesca artesanal nos principais centros de pesca; (ii) aumentar os níveis de abastecimento no mercado interno com o pescado nacional; (iii) incentivar a distribuição e comercialização de pescado e de insumos de pesca, e; (iv) aumentar os níveis de produção da aquacultura artesanal.

A materialização destes objectivos já estão visíveis nas comunidades pesqueiras quer através das acções do Governo como dos seus parceiros internacionais através de projectos integrados de desenvolvimento comunitários, nomeadamente, o projecto da pesca Artesanal no Banco de Sofala (PPABAS) e o Projecto de Pesca Artesanal no Norte de Nampula e Cabo Delgado (PPANNCD) onde se destacam. (MP. 2005: 13-15):

- Reabilitação de 118 km de estrada em Pebane, província da Zambézia;
- Reabilitação de 78 km de estrada em Buzi e Machanga, província de Sofala;
- Construção de 28 fontes de água na província de da Zambézia das quais onze (11) na Maganja da Costa, e dezassete (17) em Pebane;
- Construção de quarenta e cinco (45) fontes de água na província de Nampula, vinte e quatro (24) em Mongicual, duas (2) em Angoche e dezanove (19) em Moma;
- Construção de trinta e quatro (34) fontes de água na província de Sofala sendo catorze (14) em Buzi e vinte (20) em Machanga;
- Construção de doze (12) fontes de água em Palma, Mocimboa da Praia;

- Construção de dois (2) postos de saúde em Nampula, sendo um na região de Quinga no distrito de Mongicual e em Quelelene em Angoche;
- Construção de duas (2) escolas do 1º grau, uma em Maganja da Costa e outra em Pebane nas regiões de Nomiua e Tomeia respectivamente;
- Construção de quatro escolas do 1º grau em Mongicual, uma (1) em Murazawe e três (3) em Moma nas regiões de Mucoroge, Nacololo e Maganha.

3.1 Contributo da Pesca Artesanal no Nível de Emprego

Apesar de se desconhecer o número exacto de trabalhadores afectos ao subsector devido a ausência de uma base de dados especializada na matéria, o subsector da pesca artesanal em Moçambique acomoda uma grande parte da população activa, sobretudo nas zonas costeiras (águas marítimas) onde a pesca constitui a principal actividade económica, tendo-se recenseado em 2002, 69.359 pescadores artesanais e 23.531 colectores, totalizando 92.890 pessoas directamente dependentes da actividade da pesca artesanal. A este número acrescentam-se 5.600 processadores e 2.200 carpinteiros navais artesanais. Todos estes profissionais se distribuem por cerca de 658 centros de pescas⁹, utilizando 16.494 artes de pescas e 15.265 embarcações. (IDPPE. 2004)

Paralelamente nas águas interiores, foram recenseados em 2003, cerca de 22.958 pescadores, dependentes de actividades de pesca artesanal ou a elas directamente associadas. Estes profissionais encontram-se distribuídos em 582 centros de pescas, utilizando cerca de 8.192 embarcações. (idem)

⁹ Designa-se Centros de Pescas, a lugares junto à costa onde os pescadores desembarcam o pescado depois da faina.

3.2 Impacto da Pesca Artesanal na Auto-suficiência Alimentar

Apesar da pesca artesanal ainda ser realizada em condições precárias no que diz respeito ao tipo de embarcações, artes de pescas e aos insumos utilizados para a captura e conservação de pescado, ela assume uma grande relevância na auto-suficiência alimentar, não apenas nos distritos costeiros, mas também nas regiões do interior, para onde, a par do peixe da água doce, é enviado o pescado capturado no mar depois de processado na forma de seco ou fumado, com ou sem sal.

Estima-se que nas águas territoriais a produção total anual de pescado é de 130.000 toneladas, mas a quantidade média anual de capturas registadas nos últimos três anos (2004 a 2006) é de 90.000 toneladas. Sendo a pesca artesanal a mais importante em termos de volume de descargas, com uma captura anual de 60.000 toneladas.

As principais espécies existentes e capturadas em Moçambique, são as que se apresentam na tabela que se segue:

Tabela nº 1: Estimativa da Produção da Pesca Artesanal, Segundo Tipo, 2000-2006
(TON)

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Caranguejo	756	582	850	356	202	161	175
Peixe	6586	6456	6000	57759	51908	50024	57457
Camarão	280	317	300	5835	3783	4555	1367
Cefalópodes	545	344	500	389	256	239	247
Tubarão	0	0	0	429	268	893	776
Outros	308	216	210	2306	3962	1875	3951
Total	8475	7915	7860	67074	60379	57747	63973

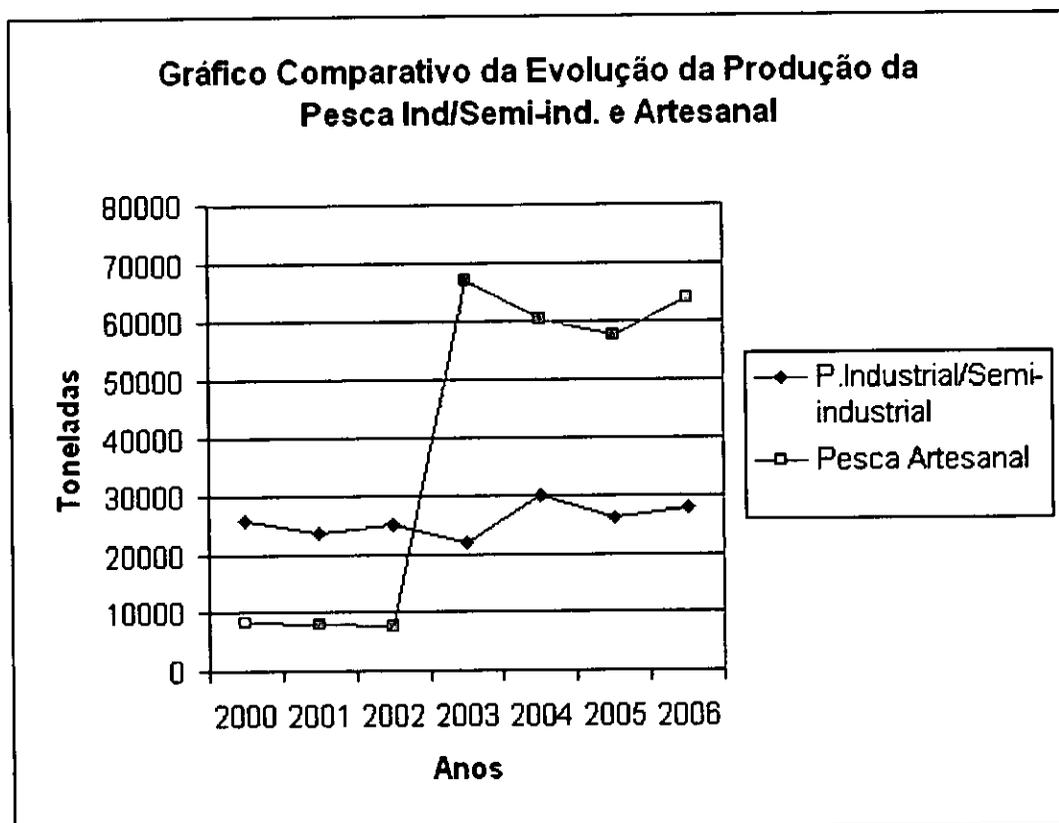
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do INE e MP (Relatórios Anuais)

Da leitura dos dados de produção da tabela acima constata-se que os anos de 2000 à 2002, verifica-se uma baixa produção em relação aos anos subsequentes, estando na origem desta baixa os fenómenos calamitosos que atingiram o nosso país no ano de 2000, onde cerca de 700 pescadores perderam as suas embarcações de pescas, e de cheias excessivas em 2001, que afectaram as regiões centro e norte do país onde 250 pescadores artesanais perderam as suas canoas e redes de pescas, com agravante da

obstrução e ou danificação das vias de acesso que permitiam o já difícil escoamento da sua produção para os centros comerciais (MP. 2001:4).

Entretanto, a partir de 2003, verifica-se um “Boom”, com pequenas oscilações; este elevado índice de produção é derivado à política que o Governo adoptou com ajuda da Comunidade Internacional para assistência de reconstrução pós-emergência às comunidades pesqueiras, que consistiram na construção e distribuição de barcos de pesca artesanal, fornecimento de motores marítimos, diversos “Kits” de materiais e redes de pesca para além da realização de acções de formação e capacitação aos pescadores nos domínios de mecânica naval e fibragem de casco para habilitá-los a fazer a manutenção das novas embarcações.

Comparativamente à produção global, a pesca artesanal tem um peso significativo que varia numa média de 67%, da produção total; este indicador mostra a grande aposta do Governo em integrar a pesca artesanal nos Programas Quinquenais do Governo e no PARPA, para o Combate e Alívio da Pobreza no País. O gráfico que se segue apresenta a evolução da produção global ao longo dos anos 2000 a 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir do anexo 2

Do gráfico comparativo pode se constatar a vulnerabilidade que correm as embarcações artesanais quando ocorrem as situações calamitosas e/ou as cheias como as que verificaram nos anos 2000 e 2001, onde os pescadores artesanais perderam quase todas as suas embarcações e artes de pescas, tendo a sua produção baixado drasticamente, vindo a recuperar em 2003, com o apoio do Governo e seus parceiros internacionais. Contrariamente, as embarcações industriais e semi-industriais, por serem dotadas de melhor tecnologias, sofreram menores danos e conseqüentemente a sua produção em termos de tendência manteve-se ao mesmo nível.

CAPÍTULO IV

4. Co-GESTÃO DAS PESCARIAS, ASSOCIATIVISMO E CRÉDITO ROTATIVO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

4.1 Co-Gestão das Pescarias

Com aprovação do Regulamento Geral de Pesca Marítima, através do Decreto nº 4/2003, de 10 de Dezembro, estabeleceu-se o quadro legal de base para o enquadramento das iniciativas de gestão participativa das pescarias, através de reconhecimento e/ou estabelecimento das seguintes estruturas. (IDPPE, 2003):

- Comissão de Administração Pesqueira (CAP) a nível nacional;
- Comités de Co-gestão (CC's) ao nível provincial, distrital ou local;
- Conselhos Comunitários de Pesca (CCP's) ao nível dos centros de pescas.

Estas estruturas têm como principais actividades:

- a) Apoio na implementação dos regulamentos de pesca;
- b) Resolução dos conflitos sociais e de pesca;
- c) Monitoria dos impactos dos regulamentos nos recursos naturais e nas comunidades;
- d) Implementação de decisões sobre o acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros;
- e) Capacitação dos Conselhos Comunitários e de co-gestão;
- f) Identificação dos problemas que se colocam na utilização dos recursos pesqueiros;
- g) Identificação de medidas e regulamentos de gestão das pescarias;

h) Incentivo à redução das actividades insustentáveis da pesca artesanal e

i) Aconselhamento ao governo sobre as questões ligadas à gestão das pescarias.

Com esta linha de intervenção pretende-se assistir as comunidades pesqueiras na sua organização com vista a melhor participarem na utilização e gestão dos recursos pesqueiros, na produção e comercialização dos seus produtos, assim como na poupança e acesso aos recursos financeiros disponibilizados no âmbito das intervenções de desenvolvimento sociais.

Ao nível nacional, a Comissão de Administração Pesqueira (CAP), cuja composição inclui as instituições do sector e representantes da indústria pesqueira, constitui o principal órgão de intervenção. Cabe à CAP, a responsabilidade de ouvir e analisar os problemas dos vários intervenientes de pesca e fazer recomendações de regulamentos apropriados.

Ao nível provincial, funciona um conselho de co-gestão, de carácter formal presidido pelas Direcções Provinciais de Pescas (DPP), e integra membros de sector e representantes dos conselhos comunitários, seleccionados por consensos, através do fórum distrital.

Ao nível distrital, contempla um órgão informal do fórum de co-gestão, que funciona como uma congregação dos conselhos comunitários, com responsabilidade de filtrar os assuntos de carácter local a serem conduzidos aos níveis provincial e nacional e difundir informações e decisões tomadas nestes dois níveis.

O nível comunitário integra os Conselhos Comunitários. Estes Conselhos são compostos por elementos representando os diversos segmentos sociais das comunidades dos pescadores, nomeadamente: patrões da pesca artesanal, mestres, marinheiros, autoridades locais e outros membros influentes da comunidade, que podem contemplarem um ou mais centros de pescas.

A constituição de Conselhos Comunitários de Pescas (CCP's) tem vindo a mostrar alguns impactos positivos principalmente no ordenamento e coordenação da actividade da pesca artesanal, sendo de destacar:

- Redução significativa do nível de utilização das redes mosquiteiras na província de Nampula e norte de Zambézia;
- Gestão das migrações dos pescadores;
- Redução significativa dos conflitos entre os pescadores artesanais e melhor canalização das preocupações em relação ao relacionamento com a pesca industrial;
- Aumento dos níveis de colecta do licenciamento na pesca artesanal e
- Melhoramento da comunicação entre a Administração Pesqueira e a pesca artesanal

4.2 Associativismo

O associativismo constitui uma das formas de organização mais incentivada nas comunidades pesqueiras por este ajudar na resolução de problemas comuns, isto é, na resolução de conflitos entre pescadores, interligação com o Governo, comunidade internacional assim como de público em geral. Neste âmbito, o IDPPE tem um papel muito importante no apoio técnico, na orientação dos pescadores e outros intervenientes na pesca artesanal e no desenvolvimento de formas de organização associativa, que consiste em:

- Assistência e capacitação das comunidades em matérias de associativismo;
- Sensibilização das comunidades dos pescadores e outros intervenientes na pesca artesanal a fim de se organizarem em associações;
- Apoio na legalização de associações de pescadores;

- Promoção de palestras, visitas de estudos, cursos e seminários visando a capacitação profissional dos pescadores da pequena produção pesqueira;
- Recomendação sobre melhores métodos de gestão de pescarias, através de fornecimento de elementos necessários para o estabelecimento de uma estrutura institucional e de um quadro legal que contribua para melhorar a gestão dos conflitos entre os diferentes intervenientes.

Como resultado deste apoio, foram criadas até o ano de 2004, 140 associações, conforme apresentado na tabela nº 2, a seguir:

Tabela nº 2, Relação de Associações dos Pescadores (2000-2004)

Provincia	ASSOCIAÇÕES EXISTENTES			Nº de membros
	2000	2003	2004	
Cabo Delgado	3	22	30	456
Nampula	9	14	36	748
Zambézia	nd	2	32	723
Sofala	1	4	7	337
Inhambane	3	7	7	349
Gaza	3	4	4	nd
Maputo	3	9	9	542
Tete	nd	7	11	nd
Niassa	3	4	4	nd
Total	25	73	140	3155

Fonte: IDPPE. Balanço Quinquenal (2000-2004)

nd: Informação não disponível

Analisando a tabela nota-se que há um crescimento quantitativo em termos de número de associações, mas este crescimento não traduz no seu todo as perspectivas da estratégia do associativismo, mas sim de apoios materiais promovidos tanto pelo sector como por outras entidades governamentais e não governamentais.

A promoção do associativismo deve basear-se no princípio de livre adesão em função da similaridade dos problemas ou de interesse dos associados, o que só será possível quando vários intervenientes na promoção do associativismo harmonizarem as suas abordagens e adoptarem estratégias compatíveis que não se baseiem nos princípios de apoios imediatos e materiais.

Entretanto, é de louvar este crescimento de número de associações porque se acredita que com o tempo todos os membros das associações vão ganhar consciência de associativismo para o melhoramento das suas condições de vida nas comunidades pesqueiras.

4.3 Poupança e Crédito Rotativo

Em Moçambique, “a política de crédito não é favorável ao desenvolvimento do sector produtivo. O sector comercial tem menores riscos e assegura o rápido retorno dos créditos, sendo por isso, favorecido pela política de crédito. O país precisa de harmonia nas políticas e estratégias de desenvolvimento, de modo que todos os sectores desempenhem o seu papel no desenvolvimento económico e social. Através de uma política de crédito coerente, é possível fazer crescer a riqueza nacional e melhorar efectivamente a vida dos cidadãos” (Castelo-Branco. 1994:231).

No caso específico do crédito à pesca artesanal, o limite de acesso ao crédito nas instituições financeiras é justificado pelas seguintes razões:

- De instituições – os empréstimos concedidos à pesca em geral e a pesca artesanal em particular, tem-se revelado de alto risco, devido fundamentalmente à elevada taxa de insucessos, flutuações económicas, falta do domínio do mercado ou problemas de desvios de aplicação ou de má gestão de fundos;
- De pescadores artesanais – os créditos quando são desembolsados, tem-se revelado insuficientes para cobrir as necessidades, isto aliado também à questão da burocracia e às garantias que as instituições de crédito exigem. (Momade, 2000).

Para minimizar esta situação o governo através do Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP), instituiu o sistema de Poupança e Crédito Rotativo (PCR), com os seguintes objectivos:

- Atingir as camadas de micro e pequenas iniciativas desenvolvidas geralmente nas zonas rurais;

- Promover o associativismo e o espírito de poupança e procurar capitalizar os potenciais beneficiários;

Na pesca artesanal, para alcançar os objectivos atrás referidos, os grupos beneficiários deverão ser constituídos nos seguintes moldes:

- Primeiro grupo: pescadores;
- Segundo grupo: comerciantes de pescado e de insumos de pesca e,
- Terceiro grupo: carpinteiros e construtores navais artesanais.

Estes grupos deverão no mínimo ser constituídos por dez (10) elementos. A seguir se apresenta a tabela nº 3, referente às amortizações das linhas de créditos.

Tabela nº 3. Amortizações das Linhas de Crédito de Fundo Rotativo por Província

Unid: em milhões de MZM

Província	Contrato			Amortizações			%	
	Qtd	NB	Valor	Real/04	Plano/05	Real/05	Parcial	2005/2004
Niassa	21	122	1.792	6	146	6	4	0
Cabo Delgado	20	217	893	0	74	31	42	0
Nampula	10	10	4.166	206	264	198	75	-4
Tete	78	234	1.585	132	288	108	38	-18
Sofala	154	175	4.409	107	185	64	35	-40
Inhambane	157	320	10.000	432	894	328	37	-24
Gaza	109	158	1.533	80	160	70	44	-13
Maputo	107	570	7.961	85	631	158	25	86
Total	656	1806	32.339	1.048	2.642	963	36	-8

Fonte: FFP. (Relatório 2005)

A tabela nº 3 ilustra as amortizações em curso por província, podendo constatar-se que, ao longo do ano de 2005, as amortizações estiveram aquém do planificado, com a excepção da província de Nampula, que atingiram uma realização de 75%.

De acordo com FFP, a baixa taxa de recuperação verificada ao longo do ano de 2005, deveu-se à:

- Falta de meios para a conservação de pescado;

- Falta de transporte para escoamento de produção;
- Condições climáticas adversas que afectam negativamente os níveis de produção dos pescadores;
- Falta de cultura de crédito, concretamente as vantagens decorrentes do seu reembolso para os futuros beneficiários, e de conhecimentos básicos de gestão por parte da maioria dos beneficiários; e
- Fraco desenvolvimento ou ausência de infra-estruturas básicas, mórmente estradas, energia e telecomunicações, nas zonas onde estão localizados os centros de pescas, o que dificulta sobremaneira a actividade de comercialização.

4.3 Ganhos de Crédito Rotativo nas Comunidades Pesqueiras

Os ganhos que se obtém do crédito rotativo traduz-se em os pescadores, comerciantes e construtores navais artesanais, poderem beneficiar de crédito sem que os mesmos apresentem uma garantia bancária, bastando que os mesmos se organizem em associações e honrem os seus compromissos para que os outros também se beneficiem do crédito.

Há também a destacar a redução do desemprego, o aumento da produção e da produtividade de trabalho resultando deste modo em melhoria das condições de trabalho, sociais, saúde e de educação dos filhos nas comunidades pesqueiras.

4.4 Análise dos Dados do Inquérito

Do inquérito realizado a 60 pescadores, todos do sexo masculino, destaca-se o seguinte:

4.4.1. Sobre o Sistema de Co-gestão das Pescarias

Questionados sobre se conheciam a estrutura de co-gestão das pescarias, quarenta (40) pescadores responderam que sim, quinze (15) que não e cinco (5) que não sabem.

Sobre a realização de reuniões entre as três estruturas, trinta e cinco (35) responderam que sim e quinze (15) que não e dez (10) ficaram indiferentes. Em relação as questões

levantadas nas reuniões, cinquenta e um (51) afirmaram que assuntos relacionados com tecnologia de pescadao, artes de pesca, saúde, escola, água e vias de acesso são questões que tem merecido maiores debates e nove (9) que não.

No que se refere a forma de encaminhamento dos seus problemas às estruturas superiores, trinta (30) responderam que são confiados ao presidente do CCP's e trinta (30) responderam que em caso de assuntos de maior relevância são confiados a uma comissão que é eleita entre os membros.

4.4.2. Sobre o Associativismo

Perguntados se todos os pescadores estavam inscritos na associação, quarenta e cinco (45) responderam que sim e quinze (15) que não. Relativamente às vantagens de ser membro da associação, trinta e cinco (35) responderam que conheciam as vantagens, que eram de ajuda mútua na resolução de problemas comuns e individuais e que já estavam-se a beneficiar destas vantagens e quinze (15) responderam que não porque estas não estavam amplamente divulgadas a todos os pescadores.

4.4.3. Sobre Poupança e Crédito Rotativo

Sobre a existência de fundo de crédito rotativo, trinta e cinco (35) pescadores responderam que conheciam e vinte e cinco (25) já tinham-se beneficiado de crédito, quinze (15) responderam negativamente e dez (10) que não sabem.

No que se refere a formas de financiamento, quinze (15) responderam que preferem em valor, quinze (15) em equipamentos, formação em tecnologia de pescadao e artes de pescas e trinta (30) de ambas modalidades.

Sobre a obrigatoriedade de apresentação de uma garantia para a obtenção de crédito, cinco (5) responderam que era obrigatório ser membro da associação, quarenta e cinco (45) responderam que não e dez (10) que não sabem.

Questionados se todos os membros beneficiados conseguiam cumprir com as suas obrigações no período acordado, vinte e cinco (25) responderam positivamente e trinta e cinco (35) negativamente. As razões apresentadas estão relacionadas com baixa produção devido ao esforço da pesca, mau tempo, cheias e calamidades que tem assolado o nosso país nos últimos anos.

Em relação a crédito bancário nas instituições financeiras, cinco (5) responderam que já pediram mas que não foram autorizados por falta de garantias bancárias e cinquenta e cinco (55) responderam que não.

4.4.4 Sobre Produção e Vendas

Perguntados sobre o período do dia que vão à pesca, trinta (30) responderam que vão nas manhãs, quinze (15) à tarde e os restantes quinze (15) à noite, mas que todos dependiam das marés (alta ou baixa).

Em relação às artes de pescas utilizadas, quarenta e cinco (45) utilizam anzol e quinze (15) a rede de emalhe.

Questionados se tinham noção dos efeitos nocivos pela utilização da rede de arrasto, quarenta e cinco (45) responderam positivamente, porque este tipo de arte danifica o meio ambiente e que o IDPPE, nos seus encontros, tem-se debruçado sobre esta questão e quinze (15) responderam negativamente.

Em relação ao mercado para os seus produtos, todos responderam que não tinham razão de queixa, porque todos mariscos capturados e destinados à venda eram prontamente vendidos. Também foram unânimes em afirmar que para a conservação do pescado após captura utilizam o gelo.

CAPÍTULO V

5. ASPECTOS TRANSVERSAIS

5.1 Ambiente e Pesca Artesanal

O estado dos recursos pesqueiros reflecte a situação ambiental do meio aquático onde se encontram. Os recursos pesqueiros sofrem da destruição causada aos ecossistemas pelos interesses presentes, sendo de destacar as consequências resultantes da degradação da floresta mangal, erosão costeira, poluição dos rios e estuários por esgotos domésticos e resíduos industriais, degradação dos corais, utilização de artes de pescas nocivas, etc. Todas estas agressões ambientais reflectem-se negativamente na produtividade da actividade pesqueira e, em última estância, causam efeitos adversos nas actividades sociais e económicas das comunidades pesqueiras, afectando a sua saúde, segurança alimentar e bem-estar em geral.

Por outro lado, as comunidades pesqueiras, pressionadas pela pobreza e a necessidade de sobrevivência, actuam de forma predatória sobre os recursos e o meio ambiente. Existe uma forte relação entre a pobreza e o ambiente. As comunidades pobres tendem a depender, para a sua subsistência diária, de actividades que agridem directamente o ambiente, nomeadamente o uso de artes de pesca nocivas.

A conservação e protecção dos ecossistemas aquáticos e do meio ambiente em geral são condições para a melhoria das condições sociais e económicas das comunidades dependentes da pesca artesanal, que facilitam a sustentabilidade dos rendimentos dos agregados familiares dos pescadores artesanais. (PESPA, 2007).

5.2 Género e Pesca Artesanal

A situação socio-económica tem impacto na posição da mulher, na sociedade moçambicana. A grande responsabilidade das mulheres é de cuidar do lar através do trabalho produtivo e reprodutivo que realizam.

A razão cultural definida como estando na base dessa divisão de tarefas parece também estar reflectida no envolvimento da mulher na pesca. A maioria das mulheres está envolvida na pesca de subsistência, como colectoras, contribuindo conseqüentemente para a nutrição e segurança alimentar ao nível dos agregados familiares. Os homens estão envolvidos na pesca comercial utilizando embarcações, artes de pescas mais desenvolvidas do que as mulheres tais como a rede de emalhe grade e alguns pescam no mar aberto¹⁰.

Embora a maioria das mulheres sejam agricultores e donas de casa, algumas tem envolvimento em actividades de pesca, contribuindo para a monetarização dos seus agregados familiares. As mulheres estão directamente envolvidas na pesca artesanal, principalmente na pesca para subsistência colectoras de moluscos e bivalves, usando pequenas redes para captura de espécies para o auto consumo e pequeno comércio.

Vários estudos sobre género em Moçambique, mostram que nas comunidades pesqueiras, as mulheres são menos escolarizadas que os homens, sendo que também o seu nível de analfabetismo é mais elevado do que o dos homens. Esta situação dificulta a integração das mulheres nos processos e actividades económicas e sociais, verificando-se que são também os homens que continuam a dominar nos processos de tomada de decisões ao nível da organização da comunidade pesqueira. (PESPA, 2007)

¹⁰ Mar aberto: área compreendida entre as 3 milhas náuticas da linha da base até as 12 milhas mínimas permitidas para embarcações artesanais

5.3 Segurança Alimentar e Nutricional e Pesca Artesanal

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é uma questão fundamental em Moçambique. Os índices de desnutrição crónica com 41% nas crianças menores de 5 anos, representando aproximadamente 1,3 milhões de crianças, mostram que os níveis de pobreza são elevados no país.

As estatísticas mostram uma pequena diferenciação entre as áreas rurais e urbanas em termos de má nutrição. A fome é tanto uma causa como um resultado da pobreza. Neste sentido, o alívio da pobreza é essencial para se atingir a segurança alimentar e nutricional. (PARPA II)

A SAN requer que todas as pessoas tenham, a todo o momento, acesso físico e económico a uma quantidade suficiente de alimentos inofensivos, nutritivos e aceitáveis num contexto cultural determinado para satisfazer as suas necessidades alimentares e as suas preferências em relação aos alimentos, a fim de levarem uma vida activa e saudável. As quatro componentes da segurança alimentar e nutricional são a disponibilidade, a estabilidade do abastecimento, o acesso e a utilização de alimentos. (PARPA II).

A SAN é transversal aos diferentes sectores e à realidade sócio-económica do país. Para o subsector da pesca artesanal, a SAN é um indicador de bem-estar. Está relacionada com melhores condições de vida sócio-económicas das comunidades pesqueiras.

5.4 HIV/SIDA e Pesca Artesanal

A prevalência de HIV/SIDA em Moçambique tende a crescer. O número de infectados, doentes e mortos tem aumentado devido às doenças oportunistas. Aumenta também o número de crianças órfãs. Nestas circunstâncias surgem agregados familiares chefiados por crianças. A prevalência é diferenciada com relação às regiões sul, centro e norte do país. A região centro é a que regista os índices mais elevados e a norte os menores. Estudos sócios culturais (UNESCO, UNDP, FDC e outros) realizados no país e na região da África Austral demonstram que as razões que contribuem para a propagação da doença estão relacionadas, dentre outros, com os seguintes aspectos:

- Parceiros múltiplos e sexo casual;
- Prostituição ao longo dos corredores económicos;
- Diferenças de géneros acentuadas;
- Alta mobilidade da população;
- Crenças e atitudes negativas contra o uso de preservativos;
- Ineficácia dos programas de prevenção e cuidados do HIV/SIDA.

Em relação às comunidades pesqueiras, constata-se que a mobilidade da população é grande, quer nas zonas urbanas, quer nas zonas rurais, expressas através da migração de pescadores e das populações locais e da região (Zâmbia, Malawi, Zimbabwe e Tanzânia). Registam-se movimentos migratórios de pescadores consoante as migrações de cardumes. Há também uma movimentação frequente de comerciantes (costa-interior, rural-urbana).

A relação de género é importante na compreensão do fenómeno HIV/SIDA. A maioria das raparigas, especialmente das zonas rurais, é preparada socialmente para se tornar mãe e economicamente dependente do homem. Isto torna as jovens mulheres

vulneráveis à infecção do HIV através do sexo casual e de múltiplas relações sexuais na procura de um pai para os seus filhos e de um homem economicamente estável.

CAPÍTULO VI

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

No presente trabalho procurou-se analisar a economia pesqueira e o impacto da pesca artesanal no combate à pobreza absoluta nas comunidades pesqueiras.

A questão da pesquisa foi: De que maneira a inclusão do sector pesqueiro, através da pesca artesanal no PARPA II, contribui para a redução da pobreza absoluta nas comunidades pesqueiras?

Em resposta a esta questão levantaram-se três hipóteses. A primeira sugere que a inclusão da pesca artesanal no PARPA II concorre para a redução da pobreza absoluta nas comunidades pesqueiras. A segunda sustenta que a formação de pescadores artesanais poderá reduzir o nível de desemprego nas comunidades pesqueiras. A terceira e última sustenta que o crédito rotativo concedido pelo Governo através do Fundo de Fomento Pesqueiro, pode minimizar a falta de financiamento aos pescadores artesanais.

Analisando comparativamente os resultados observados com os hipoteticamente esperados chegou-se à seguinte conclusão:

A inclusão da pesca artesanal no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, pode-se considerar que está sendo bem sucedida na medida em que o Governo, através do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, tem incutido aos pescadores e outros agentes ligados à pesca artesanal o espírito de poupança e de associativismo como forma de ultrapassar as dificuldades individuais e das comunidades pesqueiras em geral, através da ajuda mútua e na promoção de empreendedorismo e auto emprego; para além de melhorias significativas no nível de vida no que concerne a saúde, educação, abastecimento de água, vias de acesso e

comunicações nas comunidades pesqueiras. Entretanto, a PA ainda enfrenta alguns constrangimentos, dentre os quais se destacam:

- A utilização de embarcações e artes de pesca tradicionais;
- A Existência ainda de distritos com vias de acessos degradados;
- O baixo conhecimento do impacto ambiental causado pela actividade;
- A utilização por alguns pescadores de rede mosquiteira.

Relativamente a segunda hipótese observou-se que o apoio que o Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala tem dado na formação de pescadores artesanais e de outros agentes ligados à PA, pode reduzir o nível de desemprego, bastando verificar que são mais de 100.000 pescadores envolvidas na PA, para além de comerciantes, carpinteiros navais artesanais entre outros. Esta hipótese é ainda sustentada pelo aumento anualmente de número de associações e de membros formados nas comunidades pesqueiras no que diz respeito às tecnologias de pescada, artes de pescas modernas entre outras.

Finalmente a terceira hipótese, mostra que o crédito rotativo, concedido pelo Fundo de Fomento Pesqueiro, tem minimizado a falta de financiamento que os pescadores artesanais têm enfrentado junto às instituições financeiras, por estes não possuírem as garantias bancárias exigidas para o efeito.

Entretanto, este sistema de crédito ainda não produziu os efeitos desejados porque como o sistema foi introduzido aquando das cheias do ano 2000, e o primeiro crédito foi em forma de donativo, alguns mutuários não estão amortizar os valores devidos alegando que foram concedidos sob forma de donativos e outros tem atrasado com as amortizações devido à mudanças climáticas sistemáticas que originam a paralisação em casos de mau tempo e/ou de destruição das suas embarcações em casos de ciclones.

Em termos de constrangimentos há destacar o seguinte:

- As delegações/representações do Fundo de Fomento Pesqueiro e do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, não tem representação em todos distritos e/ou centros de pescas;
- Disponibilização tardia dos fundos solicitados;
- Falta de regulamento que oriente e/ou regule as normas de funcionamento do sistema, daí que certos beneficiários não conhecem os seus deveres e obrigações

6.2 Recomendações

Para que haja maior engajamento das comunidades pesqueiras no combate à pobreza absoluta, recomenda-se o seguinte:

- O IDPPE deve intensificar a formação em capital humano, sobretudo aos extensionistas que lidam com os pescadores e outros agentes ligados à pesca artesanal na divulgação de novas técnicas, artes de pescas, assim como no melhoramento de registo da produção oriunda deste tipo de pesca;
- O sector privado ainda não interage como seria de desejar com os pescadores artesanais, pelo que deve-se apostar mais na promoção de oportunidades de negócios e ligações comerciais entre estes dois grupos, aliada a um vasto programa de marketing para a divulgação das ofertas da produção artesanal;
- A promoção e divulgação de outras culturas de rendimento deve ser incentivada para que em período de veda os pescadores artesanais obtenham a sua subsistência em outras áreas de rendimento como por exemplo na área agrícola de modo que as espécies marinhas tenham uma procriação sustentável;
- Divulgação nos principais distritos e centros de pescas dos serviços de FFP, principalmente na área de crédito;

- Descentralização dos serviços de crédito pelo FFP, para uma melhor eficiência dos seus serviços;
- Criar manuais de procedimentos na área de crédito que visam salvaguardar os interesses de ambas partes no que diz respeito aos direitos, deveres e garantias;
- Melhoramento das vias de acesso que ligam os centros de pesca aos principais centros de consumo de modo a permitir o escoamento e a valorização do pescado;
- Auscultação das prioridades e preferências dos pescadores para os projectos de pesca artesanal;
- Promover a educação ambiental com ênfase no respeito pelos ciclos reprodutivos das diversas espécies;
- Promoção do uso de gelo na conservação do pescado, na perspectiva de oferecer pescado fresco de boa qualidade e valor acrescentado ao produto;
- Promoção de novos produtos pesqueiros, como forma de alargar as alternativas de utilização do pescado;
- Promoção das técnicas e dispositivos melhorados de processamento de pescado em prol do melhoramento da qualidade de produtos tradicionais como os produtos salgados-secos e fumados;
- Promoção da congelação de pescado, em forma correcta, eficiente e economicamente rentável.

BIBLIOGRAFIA

- CASTELO-BRANCO, Carlos Nuno., (1994) Moçambique. Perspectivas Económicas. Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane.
- DNP, (1998) Fundamentação das Novas Estratégias do Camarão, Maputo.
- IDPPE, (1998) Pesca Artesanal em Moçambique. Breve Informe Sobre a Evolução Actual e Perspectivas, Maputo.
- IDPPE, (1999) Síntese das Actividades dos Combinados Pesqueiros no Período Compreendido entre 1979 e 1989, Maputo.
- IDPPE, (2002) Relatório do Censo Nacional das Águas Marítimas da Pesca Artesanal, Maputo.
- IDPPE, (2004) Balanço Quinquenal, Maputo.
- INE, (2003-2005) Anuários estatísticos, Maputo.
- King, Michael (1995) Fishers Biology, Assessment and Management. Fishing New York Books.
- MAUNELA, Emília Maria, (2001) “Análise dos Determinantes e Impactos do Decrescimento da Rendibilidade na Pescaria Industrial do Camarão no Banco de Sofala”. Dissertação de Licenciatura. Departamento de Gestão, Faculdade de Economia. UEM. Maputo.
- MP, (1985) Situação das Pescas, Maputo.
- MP, (2000-2006) Relatórios Anuais do Balanço Geral de Actividades, Maputo.
- MP, (2004) Revista MozPesca, Maputo.

MOÇAMBIQUE, (1990) Lei nº 3/90 de 26 de Setembro, Boletim da República, Série I, nº 52.

MOÇAMBIQUE, (1996) Decreto Lei nº 16/96, Boletim da República, Série I nº 21.

MOMADE, Fernando Charamatane, (2000) “Sistema de Crédito à Pesca Artesanal”,
Dissertação de Licenciatura. Departamento de Economia, Faculdade de Economia.
UEM. Maputo.

PARPA I E II, (2001-2009) Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta,
Maputo.

PESPA, (2007) Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Subsector da Pesca
Artesanal, Maputo.

ANEXOS

Apêndice 1
Inquérito aos Pescadores

Nome do entrevistado _____

Sexo _____ Idade _____ Profissão _____

Nível académico _____ Local de entrevista _____

SECÇÃO I. SISTEMA DE CO-GESTÃO DAS PESCARIAS

Marque com X a alternativa que lhe satisfaz.

1. Conhece a estrutura de co-gestão das pescarias (Comissão de Administração Pesqueira, Conselho Provincial e Conselhos Comunitários)?

- a) Sim
- b) Não
- c) Indiferente

2. Tem havido reuniões entre as três estruturas que compõe o sistema de co-gestão?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

3. Que tipo de problemas tem sido abordados nessas reuniões (vias de acessos, saúde, escolas, poços ou furos de água, tecnologia de pescado, artes de pescas)?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

4. Ao nível do conselho comunitário como são canalizados os problemas para os níveis superiores?

- a) Através do presidente de CCP's
- b) Comissão eleita
- c) Qualquer membro

SECÇÃO II. SOBRE O ASSOCIATIVISMO

1. Todos os pescadores estão inscritos na associação?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe
- d) Se Não, porque _____

2. Todos os pescadores conhecem as vantagens de ser membro numa associação?

- a) Sim
- b) Não
- c) Falta de informação

3. Quantos membros existem nesta associação?

- a) 10 membros
- b) > 20 membros

SECCÃO III. SOBRE POUPANÇA E CRÉDITO ROTATIVO

1. Todos os membros conhecem a existência do fundo de crédito rotativo?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

2. Algum membro já se beneficiou deste fundo?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

3. De que forma foi concedido?

- a) Monetária
- b) Equipamentos
- c) Depende

4. É obrigatória a apresentação de uma garantia para a sua concessão?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

5. Se já se beneficiou, diga se conseguiu reembolsar o valor no período acordado?

- a) Sim
- b) Não
- c) Se Não, diga porque _____

6. Tem-se beneficiado de cursos de capacitação em matéria de crédito rotativo?

a) Sim

b) Não

c) Se não, porque _____

7. Já pediu algum financiamento bancário?

a) Sim

b) Não

8. Foi concedido?

a) Sim

b) Não

c) Se Não, porque _____

SECCÃO IV. PRODUÇÃO E VENDA

1. Em que período vão a pesca

- a) Manhã
- b) Tarde
- c) Noite

2. Como vão a pesca?

- a) Individual
- b) Grupo

3. Que tipo de artes de pesca utilizam?

- a) Anzol
- b) Rede de arrasto
- c) Rede de emalhe
- d) Gaiolas
- e) Outros

4. Tem a noção dos efeitos nocivos pela utilização de rede de arrasto para o meio ambiente?

- a) Sim
- b) Não

5. O vosso pescado tem mercado garantido?

a) Sim

b) Não

c) Se Não. Porque _____

6. Quais são as formas de conservação de pescado no acto da sua captura?

a) Gelo

b) Sal

c) Outras formas _____

7. Quais são as principais formas de venda do pescado?

a) Kg

b) Molho

c) Balde

d) Outras

8. Os preços praticados cobrem os custos?

a) Sim

b) Não

Apêndice 2

Análise Estatística de Dados do Inquérito

Secção I: Sobre Sistema de Co-gestão das Pescarias

1. Conhece a estrutura de Co-gestão das Pescarias (CAP, CC's, CCP's)?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Indiferente	Sim	Não	Indiferente
1	40	15	5	66,7%	25%	8,30%

2. Tem havido reuniões entre as três estruturas que compõem o sistema de co-gestão?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
2	35	15	10	58,3%	25%	16,7%

3. Que tipo de problemas tem sido discutidos nessas reuniões (vias de acesso, saúde, escolas. Poços ou furos de água, tecnologia de pescado, artes de pescas)?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
3	51	9	0	85%	15%	0,0%

4. Ao nível do conselho comunitário como são canalizados os problemas para os níveis superiores (CAP, DP)?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Presidente	Comissão	membro	Presidente	Comissão	membro
4	30	30	0	50%	50%	0,0%

Secção II: Sobre o Associativismo

1. Todos os pescadores estão inscritos na associação

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
1	45	15	0	75%	25%	0,0%

2. Todos os pescadores conhecem as vantagens de ser membro numa associação?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
2	35	15	10	58,3%	25%	16,7%

3. Quantos membros existem na associação?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	> 10	> 20	Não sabe	> 10	> 20	Não sabe
3	0	50	10	0%	83,3%	17%

Secção III. Sobre poupança e Crédito Rotativo

1. Todos os membros conhecem a existência do fundo de crédito rotativo?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
1	35	15	10	58,3%	25%	16,7%

2. Algum membro já se beneficiou deste fundo?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
2	25	20	15	41,7%	33%	25%

3. De que forma foi concedido?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Monetária	Equipito	Depende	Monetária	Equipito	Depende
3	15	15	30	25%	25%	50%

4. É obrigatória apresentação de uma garantia para a sua concessão?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
4	5	45	10	8,3%	75%	16,7%

5. Se já se beneficiou, diga se conseguiu reembolsar o valor no período acordado?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Sim	Não	Sim	Não
5	25	35	41,7%	58,3%

6. Tem-se beneficiados de cursos de capacitação em matéria de crédito rotativo?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Sim	Não	Sim	Não
6	35	25	58,3%	41,7%

7. Já pediu algum financiamento bancário?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Sim	Não	Sim	Não
7	5	55	9,3%	91,7%

Secção IV: Sobre Produção e Vendas

1. Em que período vão a pesca?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Manhã	Tarde	Noite	Manhã	Tarde	Noite
1	30	15	15	50%	25%	25%

2. Como vão a pesca?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Individual	Grupo	Individual	Grupo
2	30	30	50%	50%

3. Que tipo de artes de pesca utilizam?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Anzol	R. emalhe	Anzol	R. emalhe
3	45	15	75%	25%

4. Tem noção dos efeitos nocivos pela utilização de rede de arrasto para o meio ambiente?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Sim	Não	Sim	Não
4	45	15	75%	25%

5. O vosso pescado tem mercado garantido?

Questão	Núm. respostas		Percentagem resp.	
	Sim	Não	Sim	Não
4	60	0	100%	0%

6. Quais são as formas de conservação de pescado no acto da sua captura?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Gelo	Sal	Outras	Gelo	Sal	Outras
5	60	0	0	100%	0%	0%

7. Quais são as principais formas de venda de pescado?

Questão	Número de respostas			Percentagem de respostas		
	Kg	molho	outras	Kg	molho	outras
7	60	0	0	100%	0%	0%

ANEXO 1

Resumo dos Resultados dos Censos da Pesca Artesanal

Provincia	Aguas Marítimas (censo de 2002)			Aguas Interior (censo de 2003)				
	Centro de pesca	Pescador	Embarcações	Artes de pesca	Centro de pesca	Pescador	Embarcações	Artes de pesca
C. Delgado	141	15.875	4.124	4.359	40	886	328	632
Niassa	0	0	0	0	88	5.229	1.101	1.221
Nampula	158	22.940	3.810	3.912	11	329	191	209
Zambézia	114	10.378	2.909	3.225	66	4.893	1.711	2.369
Tete	0	0	0	0	205	4.995	2.664	3.365
Manica	0	0	0	0	22	2.776	710	778
Sofala	92	9.341	2.337	2.485	23	485	120	308
Inhambane	106	7.838	1.376	1.707	95	1.042	545	708
Gaza	13	369	177	247	13	1.381	419	478
Maputo	34	2.218	532	559	19	942	403	423
Total	658	68.959	15.265	16.494	582	22.958	8.192	10.491

Fonte: IDPPE. www.idppe.org

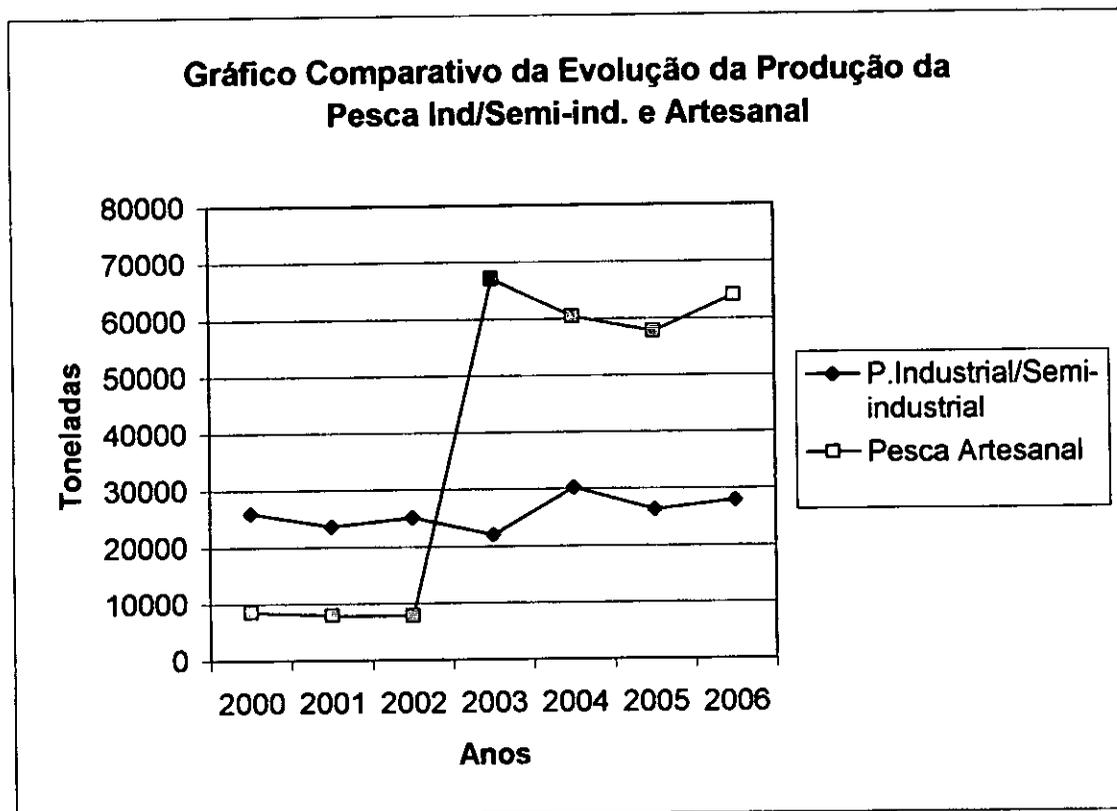
ANEXO 2

Estimativa da Produção Total da Pesca Industrial/Semi-industrial e Artesanal (TON)

DESCRIÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
P. Industrial/Semi-industrial	25915	23597	25185	22035	30210	26246	27926
Pesca Artesanal	8475	7915	7860	67074	60379	57747	63973
TOTAL	34390	31512	33045	89109	90589	83993	91899

Fonte: MP. Relatório do Balanço Geral de Actividades (2000-2006)

INE: Anuários Estatísticos (2003-2005)

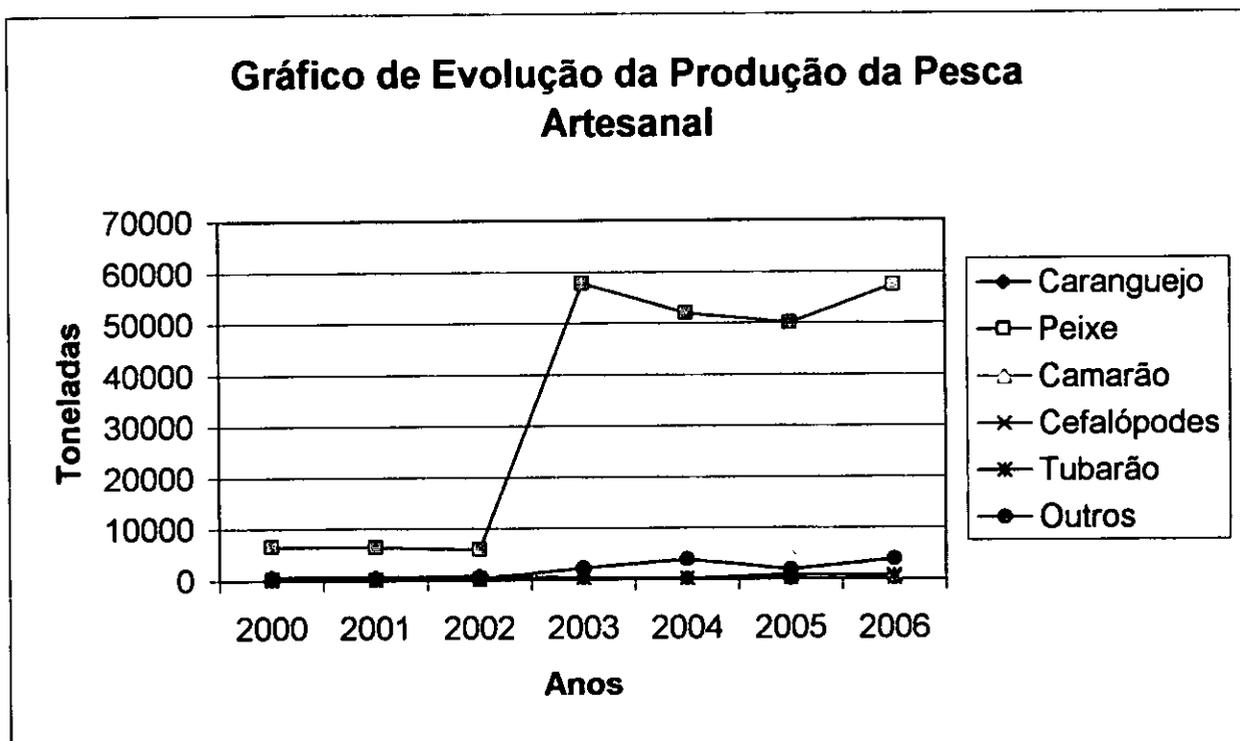


ANEXO 3

Estimativa da Produção da Pesca Artesanal, Segundo Tipo, 2000 - 2006 (TON)

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Caranguejo	756	582	850	356	202	161	175
Peixe	6586	6456	6000	57759	51908	50024	57457
Camarão	280	317	300	5835	3783	4555	1367
Cefalópodes	545	344	500	389	256	239	247
Tubarão	0	0	0	429	268	893	776
Outros	308	216	210	2306	3962	1875	3951
Total	8475	7915	7860	67074	60379	57747	63973

Fonte: MP. Relatório do Balanço Geral de Atividades (2000-2006);
INE. Anuários Estatísticos (2003-2005)



ANEXO 4

Situação de Conselhos Comunitários (2000-2004)

Provincia	CCPs existentes	
	2000	2004
Cabo Delgado	0	2
Nampula	14	25
Zambézia	7	8
Sofala	0	0
Inhambane	2	7
Maputo	0	4
Total	23	46

Fonte: IDPPE, Balanço Quinquenal (2000-2004)